

CARGO: A07 – ANALISTA DO MPU – DIREITO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2503035396M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ministério Público da União
MPU

CARGO:

Cargo A07 – Analista do MPU – Direito

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-edital

DATA DE APLICAÇÃO:

3/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

3/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

MPU – 3º SIMULADO – CARGO A07 – ANALISTA DO MPU – DIREITO (PÓS-EDITAL)

MÓDULO I

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1

“O desenvolvimento das sociedades não ocorre de maneira abrupta, mas sim por meio de um processo de adaptação. Enquanto alguns valores são preservados, outros se modificam para atender às novas necessidades e desafios. Dessa forma, tradição e inovação caminham juntas na construção da identidade cultural.”

Com base no trecho acima, assinale a alternativa que melhor representa a ideia principal do texto.

- (A) A sociedade só pode evoluir se romper totalmente com tradições passadas.
- (B) A preservação integral da cultura é essencial para o progresso.
- (C) O desenvolvimento social ocorre sem influência de valores tradicionais.
- (D) A identidade cultural é construída pelo equilíbrio entre tradição e inovação.
- (E) A evolução das sociedades é um processo instantâneo e previsível.

2

“A criatividade é um dos pilares do avanço humano. Ao longo da história, grandes inovações surgiram da capacidade do ser humano de questionar o estabelecido e propor novas formas de pensar e agir. Sem esse impulso criativo, o progresso estaria estagnado.”

Com base no trecho acima, assinale a alternativa que melhor expressa a ideia central do texto.

- (A) A criatividade é essencial para o progresso da humanidade.
- (B) O avanço humano ocorre independentemente da criatividade.
- (C) As inovações surgem exclusivamente do conhecimento técnico.
- (D) O progresso acontece sem a necessidade de mudanças significativas.
- (E) A estagnação da sociedade é um fenômeno inevitável.

3

“No mundo contemporâneo, a informação circula em velocidade nunca antes vista. No entanto, a rapidez com que os dados são compartilhados não garante necessariamente uma melhor compreensão dos fatos. Muitas vezes, a superficialidade predomina, comprometendo a análise crítica.”

Com base no trecho acima, assinale a afirmação que reflete corretamente a visão expressa pelo autor.

- (A) O acesso à informação tornou a sociedade mais crítica e analítica.
- (B) A velocidade da informação sempre melhora a compreensão dos fatos.
- (C) O fluxo rápido de dados pode comprometer a análise aprofundada.
- (D) A informação circula lentamente no mundo contemporâneo.
- (E) A superficialidade da informação impede qualquer tipo de reflexão.

4

“A evolução tecnológica tem permitido avanços significativos na comunicação global. Entretanto, a abundância de meios nem sempre se traduz em um diálogo mais eficiente, pois a interpretação das mensagens pode variar conforme o contexto cultural e individual.”

Com base no trecho acima, assinale a alternativa que melhor expressa a ideia central do texto.

- (A) O avanço da tecnologia eliminou barreiras de comunicação e garantiu entendimento uniforme.
- (B) A diversidade cultural e individual pode afetar a interpretação das mensagens, apesar do avanço tecnológico.
- (C) A comunicação global tornou-se completamente eficaz com os avanços tecnológicos.
- (D) A evolução tecnológica impediu que houvesse dificuldades na comunicação entre indivíduos.
- (E) O aumento dos meios de comunicação levou a uma compreensão universal das mensagens.

5

“O manual do usuário descreve, de forma detalhada, as etapas para configurar o dispositivo corretamente. Ele utiliza uma linguagem objetiva e instruções diretas para garantir a correta execução das ações.”

Com base no texto acima, é correto afirmar que a tipologia textual predominante é:

- (A) narrativa.
- (B) argumentativa.
- (C) descritiva.
- (D) expositiva.
- (E) injuntiva.

6

“Embora as redes sociais tenham revolucionado a comunicação, ainda há desafios relacionados à veracidade das informações compartilhadas. A propagação de notícias falsas afeta diretamente a opinião pública e, muitas vezes, gera desinformação.”

Com base no texto, é correto afirmar que a marca de textualidade que se destaca como fundamental para evitar o problema apresentado é a:

- (A) intertextualidade.
- (B) conectividade.
- (C) referencialidade.
- (D) coerência.
- (E) expressividade.

7

“Para alcançar um público mais amplo e persuadir os consumidores, muitas marcas investem em materiais que utilizam slogans impactantes e imagens chamativas. O objetivo principal é convencer o leitor a adquirir determinado produto ou serviço.”

Com base no trecho, assinale a alternativa que indica o tipo textual descrito acima.

- (A) Publicitário.
- (B) Informativo.
- (C) Normativo.
- (D) Didático.
- (E) Propagandístico.

8

Em relação à estrutura da frase, a substituição de um termo pode alterar sua função sintática e comprometer o sentido original do enunciado. Considerando essa possibilidade, analise as frases abaixo e assinale aquela que apresenta um deslocamento que mantém a correção gramatical e a coerência do período.

- (A) Mesmo cansado, o relatório foi finalizado pelo gerente.
- (B) Mesmo cansado, o gerente finalizou o relatório.
- (C) O relatório finalizou o gerente, mesmo cansado.
- (D) O relatório, mesmo cansado, finalizou-se pelo gerente.
- (E) Finalizou-se, mesmo cansado, o relatório pelo gerente.

9

A pontuação pode alterar o sentido de uma frase e afetar sua clareza. Com relação à vírgula, assinale a alternativa cujo uso está correto e contribui para a compreensão adequada do enunciado.

- (A) João disse que, na verdade todos estavam enganados.
- (B) O projeto aprovado pela diretoria, está pronto para execução.

- (C) O professor, atento às dúvidas dos alunos, explicou pacientemente cada questão.
- (D) A decisão, que foi tomada às pressas deveria ter sido mais discutida.
- (E) A reunião ocorreu às 10 horas mas, foi interrompida por problemas técnicos.

10

Em relação às funções da linguagem, identifique a alternativa em que a função predominante corresponde corretamente ao exemplo apresentado.

- (A) “Compre já o seu ingresso para o show! Lugares limitados!” – Função referencial.
- (B) “A lua, solitária no céu, ilumina as águas calmas do oceano.” – Função conativa.
- (C) “Acredite, você é capaz de alcançar seus sonhos!” – Função metalinguística.
- (D) “O telefone toca insistentemente: triiim, triiim, triiim.” – Função fática.
- (E) “A palavra ‘amor’ possui diferentes significados, dependendo do contexto em que é utilizada.” – Função metalinguística.

11

Sobre a estrutura e a formação das palavras, assinale a alternativa em que o processo de formação foi corretamente identificado.

- (A) “Infelicidade” – Derivação prefixal e sufixal.
- (B) “Guarda-chuva” – Composição por justaposição.
- (C) “Pedreiro” – Derivação regressiva.
- (D) “Cafezinho” – Derivação imprópria.
- (E) “Desleal” – Composição por aglutinação.

12

No que se refere ao emprego correto das preposições na língua portuguesa, assinale a alternativa em que o uso desse elemento de ligação está adequado ao contexto.

- (A) Insisti **para** que ele viesse cedo, mas ele se atrasou.
- (B) O aluno chegou **de** atraso para a prova e não pôde realizá-la.
- (C) Ela sempre se lembra **de** suas responsabilidades antes de tomar decisões importantes.
- (D) Prefiro estudar Português **do que** Matemática.
- (E) João não conseguiu convencer seu chefe **sobre** sua competência para a promoção.

13

No que se refere ao uso correto das conjunções na língua portuguesa, assinale a alternativa que apresenta uma relação de sentido coerente entre as orações.

- (A) O aluno se dedicou intensamente aos estudos, **portanto** obteve um excelente resultado na prova.
- (B) Gostaria de viajar no fim de semana, **porém** não tem dinheiro suficiente.

- (C) Ele falou tão baixo **que** ninguém conseguiu ouvi-lo, mas todos entenderam a mensagem.
- (D) A equipe se esforçou muito, **entretanto** cumpriu todas as metas estabelecidas.
- (E) Estava exausto, **mas** decidiu dormir cedo para descansar.

14

Em relação à polissemia e à ambiguidade na língua portuguesa, assinale a alternativa em que a frase apresenta um significado ambíguo ou polissêmico.

- (A) O banco fechou mais cedo devido ao feriado prolongado.
- (B) A chave do problema estava escondida em um detalhe do relatório.
- (C) Maria foi ao porto esperar a chegada do navio.
- (D) O presidente assinou o decreto sem ler atentamente seu conteúdo.
- (E) O pai de João disse que ele não poderia viajar.

15

Sobre as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo “ideia” mantém o acento gráfico, pois segue a mesma regra de palavras como “heróico” e “feiíssimo”.
- (B) A palavra “pólen” mantém o acento, pois se trata de um paroxítono terminado em “n”.
- (C) O vocábulo “enjoo” recebe acento gráfico por ser um hiato formado por vogais idênticas.
- (D) “Voo” e “leem” devem ser acentuados para evitar confusão na pronúncia.
- (E) “Para” mantém o acento quando empregado como forma verbal, distinguindo-se da preposição homônima.

Noções de Sustentabilidade

Otoniel Linhares

16

O art. 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. Sobre esse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder público tem o dever de garantir a efetividade desse direito, podendo restringir atividades que causem degradação ambiental.
- (B) A Constituição Federal não prevê sanções para quem causar danos ao meio ambiente, cabendo essa regulamentação às leis infraconstitucionais.
- (C) O direito ao meio ambiente equilibrado pode ser restringido em favor do crescimento econômico, caso haja necessidade urgente.

- (D) A proteção ambiental é uma obrigação exclusiva da União, não se aplicando aos estados e municípios.
- (E) O art. 225 trata apenas da proteção da fauna e flora, sem considerar a poluição e outros impactos ambientais.

17

O Relatório Brundtland (1987) definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações. Considerando essa definição, assinale a alternativa que representa um exemplo prático desse conceito.

- (A) Expansão de áreas agrícolas por meio de desmatamento sem planejamento ambiental.
- (B) Construção de grandes usinas hidrelétricas sem considerar impactos sobre comunidades ribeirinhas.
- (C) Adoção de um modelo econômico baseado exclusivamente no extrativismo de recursos naturais.
- (D) Uso intensivo de plástico descartável para baratear custos de produção industrial.
- (E) Substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis, como energia solar e eólica.

18

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) incentiva práticas sustentáveis nos órgãos públicos. Dentre as medidas compatíveis com essa agenda, assinale a alternativa correta.

- (A) Redução do consumo de água e energia nos prédios públicos, promovendo maior eficiência ambiental.
- (B) Adoção do uso exclusivo de materiais plásticos descartáveis nos órgãos públicos para reduzir custos.
- (C) Incentivo à aquisição de veículos movidos exclusivamente a combustíveis fósseis.
- (D) Suspensão de programas de capacitação em sustentabilidade para servidores públicos.
- (E) Ampliação do uso de papel impresso, eliminando documentos digitais para preservar arquivos físicos.

19

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n. 12.187/2009) define diretrizes para reduzir as emissões de gases do efeito estufa no Brasil. Com base nessa legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei estabelece metas obrigatórias para a redução de emissões em setores estratégicos da economia.
- (B) O Brasil não possui qualquer responsabilidade em relação ao combate às mudanças climáticas, pois é um país em desenvolvimento.
- (C) O Plano Nacional sobre Mudança do Clima não prevê ações para promover o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas.
- (D) A lei incentiva o uso de fontes de energia renovável como estratégia para mitigar os impactos climáticos.
- (E) A legislação permite o uso irrestrito de combustíveis fósseis, sem limitação de emissões.

20

A Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/1998) prevê punições para condutas lesivas ao meio ambiente. Com base nesse tema, analise as situações abaixo e assinale a que caracteriza um crime ambiental segundo essa legislação.

- (A) Reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas.
- (B) Instalação de painéis solares para reduzir o consumo de energia de fontes fósseis.
- (C) Implementação de coleta seletiva em empresas para reduzir a geração de resíduos sólidos.
- (D) Captura e comércio ilegal de animais silvestres.
- (E) Criação de corredores ecológicos para promover a conectividade entre biomas.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

Matheus Atalano

21

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece medidas para garantir a acessibilidade e a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência. Com base nessa legislação, assinale a única alternativa correta.

- (A) A Lei n. 13.146/2015 permite que empresas privadas recusem a contratação de pessoas com deficiência, desde que apresentem justificativa.
- (B) A lei não trata da acessibilidade digital, restringindo-se a aspectos físicos e arquitetônicos.
- (C) O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, salvo determinação judicial em contrário.
- (D) A legislação permite que escolas particulares neguem matrícula a alunos com deficiência, se não possuírem estrutura adequada.
- (E) O direito ao trabalho da pessoa com deficiência é garantido apenas em instituições públicas.

22

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, estabeleceu um conjunto de princípios fundamentais para a dignidade humana. Com base nesse documento, assinale a única alternativa correta.

- (A) Apesar de possuir natureza jurídica de resolução, a DUDH possui força vinculante e sua aplicação é obrigatória para todos os Estados membros da ONU.
- (B) O art. 1 da DUDH estabelece que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
- (C) A DUDH restringe o direito à liberdade de opinião e de expressão a cidadãos nativos de cada país, não se aplicando a estrangeiros.

(D) A DUDH permite a escravidão em circunstâncias excepcionais, como punição por crimes graves.

(E) A DUDH estabelece que os direitos humanos podem ser suspensos por razões políticas e de segurança nacional, a critério dos Estados.

23

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, estabelece diretrizes fundamentais para a proteção dos direitos humanos no Sistema Interamericano. Sobre suas disposições, assinale a única alternativa correta.

- (A) A CADH prevê que qualquer pessoa pode apresentar petições diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos para denunciar violações de direitos humanos cometidas por um Estado membro.
- (B) A CADH reconhece o direito à vida e proíbe a pena de morte em qualquer circunstância, sem exceções.
- (C) A CADH garante o direito à integridade pessoal e proíbe a tortura e os tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- (D) A CADH não protege expressamente o direito de propriedade, deixando essa regulamentação para a legislação interna de cada Estado.
- (E) A CADH determina que os Estados podem restringir a liberdade de expressão sem necessidade de justificativa, desde que por interesse nacional.

24

A Lei n. 10.098/2000 estabelece normas gerais para a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Com base nessa legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) A adaptação de espaços públicos para acessibilidade é facultativa e depende de regulamentação específica de cada município.
- (B) A lei trata apenas da acessibilidade em edifícios públicos, não abrangendo meios de transporte.
- (C) A legislação determina que a acessibilidade deve abranger espaços físicos, meios de transporte, comunicação e sistemas digitais.
- (D) Os estabelecimentos privados não precisam garantir acessibilidade, pois essa obrigação recai apenas sobre o setor público.
- (E) A acessibilidade prevista na Lei n. 10.098/2000 aplica-se exclusivamente a novas construções, não exigindo adaptações em edifícios já existentes.

25

A Lei n. 10.048/2000 estabelece a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência. Sobre essa norma, assinale a única alternativa correta.

- (A) A prioridade de atendimento é garantida apenas em órgãos públicos federais.
- (B) A prioridade de atendimento se aplica a serviços públicos e privados que prestem atendimento ao público.
- (C) A prioridade pode ser negada caso o estabelecimento não possua estrutura adaptada.
- (D) O descumprimento da prioridade não gera penalidades para os responsáveis.
- (E) A prioridade de atendimento deve ser solicitada formalmente pelo usuário.

Noções de Administração Pública

Wesley Rodrigues

26

A gestão por competências consiste em alinhar as competências individuais, coletivas e organizacionais aos objetivos estratégicos da instituição. Nesse sentido, assinale a alternativa que melhor descreve uma competência organizacional.

- (A) É a aptidão exclusivamente técnica de cada colaborador, independentemente das metas institucionais.
- (B) Conjunto de conhecimentos e habilidades inerentes aos servidores em fase de treinamento inicial.
- (C) É a competência que reflete a capacidade coletiva da instituição em alcançar resultados diferenciados, tornando-a única no seu ambiente de atuação.
- (D) Aptidão pessoal que não sofre influência do planejamento estratégico da organização.
- (E) Conjunto de talentos específicos de cada equipe, porém sem impacto direto nos objetivos estratégicos.

27

Comportamento organizacional envolve fatores como liderança, motivação, atitudes, satisfação no trabalho, trabalho em equipe e comunicação. Em um ambiente em que a liderança é exercida predominantemente de forma autocrática, é provável que:

- (A) haja maior participação criativa dos liderados nas decisões estratégicas.
- (B) a satisfação no trabalho seja elevada devido à autonomia concedida aos colaboradores.
- (C) os membros da equipe tenham pouca liberdade de ação, podendo inibir a motivação intrínseca.
- (D) o clima organizacional seja marcado pela horizontalidade na troca de informações.
- (E) a comunicação flua de maneira espontânea, valorizando todas as opiniões igualmente.

28

Ao longo da evolução da Administração Pública brasileira, é possível identificar períodos marcados pelos modelos patrimonialista, burocrático e gerencial. Uma das características do modelo gerencial é:

- (A) a predominância de indicações políticas sem qualquer controle social sobre a atuação dos gestores.
- (B) a ênfase no controle processual, com verificações prévias rígidas e pouca autonomia decisória.
- (C) a preocupação com resultados, eficiência e satisfação do cidadão, adotando mecanismos de avaliação de desempenho.
- (D) a personalização do poder, com confusão entre o patrimônio público e o privado.
- (E) a ausência de instrumentos modernos de gestão, mantendo práticas tradicionais sem foco no usuário.

29

A transformação digital na Administração Pública vem ganhando força com o uso de tecnologias como Inteligência Artificial, Blockchain e automação de processos. Sobre esse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) A automação de processos na esfera pública inviabiliza a transparência, pois reduz o registro de decisões administrativas.
- (B) A aplicação de Inteligência Artificial em serviços públicos deve sempre dispensar qualquer forma de supervisão humana.
- (C) O uso de Blockchain possibilita maior rastreabilidade e segurança na troca de informações governamentais.
- (D) A transformação digital exclui tecnologias emergentes, pois prioriza métodos convencionais de trâmite processual.
- (E) O investimento em tecnologias digitais aumenta o tempo de resposta do Estado às demandas sociais.

30

A Resolução CNMP n. 276/2023 institui a Política Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital) e define princípios e instrumentos voltados à integração e à inovação no Ministério Público. De acordo com esse normativo, assinale a alternativa que está em conformidade com as disposições nele previstas.

- (A) A Política Nacional do MP Digital dispensa a observância de princípios de segurança da informação, dada a prioridade dada à flexibilidade e à regulação leve.
- (B) A Base de Dados Processuais do Ministério Público abrange somente os processos em segredo de justiça, mantendo excluídos aqueles não sigilosos.
- (C) O compartilhamento de dados e serviços de integração entre ramos e unidades do Ministério Público que aderirem à Plataforma MP Digital independe de convênio ou acordo de cooperação específico.

- (D) O Manual do MP Digital, após elaborado pelo Comitê Gestor, não pode sofrer revisões ou atualizações, para preservar a redação original.
- (E) As equipes formadas para a construção de soluções tecnológicas atuarão de forma autônoma, sem qualquer possibilidade de colaboração com outros órgãos do Sistema de Justiça.

MÓDULO II

Legislação Institucional

Rafael de Oliveira

31

De acordo com a Lei Complementar n. 75/1993, assinale a alternativa que não corresponde a uma das funções institucionais do Ministério Público da União.

- (A) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- (B) Atuar na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa.
- (C) Representar judicialmente os órgãos do Poder Executivo federal.
- (D) Promover ação penal pública nos casos previstos em lei.
- (E) Exercer controle externo da atividade policial.

32

A Lei n. 13.316/2016 trata da remuneração dos membros do Ministério Público da União. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A remuneração dos membros do MPU é estabelecida com base em subsídio, pago em parcela única, sem acréscimos adicionais.
- (B) Nem todo ramo do Ministério Público da União tem seu próprio quadro de pessoal.
- (C) O pagamento de adicional por tempo de serviço é permitido aos membros do MPU como forma de valorização da carreira.
- (D) Os procuradores da República podem exercer outras funções remuneradas, desde que sejam compatíveis com a atividade ministerial.
- (E) A fixação dos subsídios dos membros do MPU não está vinculada aos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

33

O Código de Ética e de Conduta do MPU e da ESMPU estabelece princípios e regras para a atuação dos seus integrantes. Sobre esse código, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O Código de Ética e de Conduta do MPU visa garantir a integridade, a imparcialidade e a transparência na atuação dos seus membros e servidores.
- (B) A atuação dos membros do MPU deve ser pautada pelos princípios da moralidade, transparência, respeito à diversidade e compromisso com o interesse público.
- (C) Os servidores do MPU estão proibidos de manter qualquer tipo de relação com advogados ou partes interessadas em processos sob sua atuação funcional.
- (D) O código estabelece diretrizes sobre o uso de recursos institucionais, prevenindo conflitos de interesse e promovendo a ética pública.
- (E) A conduta dos membros e servidores do MPU deve preservar a confiança da sociedade na instituição e no cumprimento de sua missão constitucional.

34

O Programa de Integridade do Ministério Público da União (MPU), instituído pela Portaria PGR/MPU n. 247/2023, tem como objetivo principal:

- (A) criar um código disciplinar para apuração de infrações administrativas dos membros do MPU.
- (B) estabelecer mecanismos e procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção, fraudes e desvios éticos.
- (C) regulamentar a fiscalização de contratos administrativos e licitações no âmbito do MPU.
- (D) criar um setor exclusivo de compliance para monitoramento da conduta dos procuradores da República.
- (E) definir diretrizes para a atuação do MPU em investigações de improbidade administrativa.

35

De acordo com as normas institucionais do MPU, o mecanismo de denúncia de irregularidades no âmbito da instituição deve seguir os seguintes princípios, exceto:

- (A) sigilo da identidade do denunciante, quando solicitado.
- (B) proteção contra retaliações aos denunciantes de boa-fé.
- (C) apuração conduzida exclusivamente por membros do MPU, sem participação de órgãos externos.
- (D) investigação baseada em critérios objetivos, respeitando o contraditório e a ampla defesa.
- (E) incentivo a uma cultura organizacional de ética e integridade.

Direito Administrativo**Rafael de Oliveira****36**

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), alterada pela Lei n. 13.655/2018, trouxe inovações para a segurança jurídica na Administração Pública. De acordo com essa legislação, um dos princípios fundamentais é que:

- (A) a Administração Pública pode revogar atos administrativos a qualquer momento, independentemente dos impactos causados.
- (B) as decisões administrativas devem considerar as consequências práticas e os impactos para os cidadãos e para a estabilidade das relações jurídicas.
- (C) a interpretação das normas administrativas deve ser sempre literal, sem levar em conta o contexto econômico e social.
- (D) o administrador público pode adotar decisões discricionárias sem necessidade de motivação, desde que estejam dentro da legalidade.
- (E) a LINDB não se aplica ao Direito Administrativo, pois regula apenas normas de Direito Civil e Penal.

37

No que se refere aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos discricionários não estão sujeitos a controle judicial, pois decorrem da liberdade do administrador.
- (B) Um ato administrativo vinculado ocorre quando a lei determina previamente todos os seus requisitos, sem margem de escolha para o administrador.
- (C) A revogação de um ato administrativo vinculado pode ser feita pelo Poder Judiciário, desde que haja motivação suficiente.
- (D) Os atos administrativos, uma vez praticados, não podem ser anulados ou revogados, exceto por lei específica.
- (E) O abuso de poder ocorre exclusivamente nos atos praticados com desvio de finalidade, não sendo aplicável a atos excessivos.

38

Sobre os contratos administrativos regidos pela Lei n. 14.133/2021, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo deve ser mantido, sendo admitida a revisão contratual diante de fatos supervenientes que alterem substancialmente as condições iniciais.
- (B) Os contratos administrativos devem prever cláusulas que permitam a alteração unilateral pela Administração Pública, desde que justificadas pelo interesse público.

- (C) A nova Lei de Licitações eliminou a possibilidade de aplicação de sanções aos contratados, permitindo apenas rescisão contratual em caso de descumprimento.
- (D) A inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar sanções como advertência, multa e impedimento de contratar com a Administração.
- (E) A Lei n. 14.133/2021 estabelece critérios para a formalização de contratos administrativos, incluindo a obrigatoriedade de cláusulas essenciais.

39

Acerca da responsabilidade civil do Estado e do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil do Estado é objetiva para atos comissivos, mas subjetiva para omissões administrativas.
- (B) O controle da Administração Pública é exercido exclusivamente pelos Tribunais de Contas, que possuem competência para anular atos administrativos.
- (C) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) possui competência para julgamento de ações de improbidade administrativa contra membros do Ministério Público.
- (D) O controle interno da Administração Pública deve prevalecer sobre o controle externo exercido pelos Tribunais de Contas, devido ao princípio da autotutela.
- (E) A responsabilidade objetiva do Estado abrange qualquer tipo de dano causado a terceiros, independentemente da comprovação de nexo causal.

Direito Constitucional**Weslei Machado****40**

Durante a renovação do seu passaporte, Maria, que segue a religião X, deseja usar um acessório religioso em sua fotografia. O órgão responsável inicialmente nega o pedido alegando que pode dificultar a sua identificação. Sobre essa situação e considerada a situação do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que indica as condições para que Maria possa utilizar o seu acessório religioso na fotografia do documento oficial.

- (A) Maria pode usar o acessório desde que renuncie por escrito à sua identificação clara no documento oficial.
- (B) O acessório religioso é permitido na fotografia somente se for parte de um traje típico nacional reconhecido.
- (C) Maria está autorizada a usar o acessório, contanto que seu rosto esteja completamente visível, permitindo adequada identificação.

- (D) Ela só pode usar o acessório religioso se este for transparente e não cobrir nenhuma parte do seu rosto.
- (E) O uso de acessórios religiosos em fotos de documentos oficiais é proibido em todos os casos, para garantir a segurança nacional.

41

Após detectar um aumento abusivo nas mensalidades de diversas escolas privadas da região, o Ministério Público estadual decide agir. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a legitimidade do Ministério Público para promover ação civil pública em casos relacionados a direitos sociais e o reajuste de mensalidades escolares, avalie as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) O Ministério Público não possui legitimidade para ajuizar ação civil pública relacionada ao reajuste de mensalidades escolares, pois isso envolveria questões de natureza tributária.
- (B) A legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública é restrita a casos envolvendo prejuízos ao erário público, não abrangendo a defesa de direitos individuais homogêneos como o reajuste de mensalidades escolares.
- (C) O Ministério Público é parte legítima para ajuizar ação civil pública contra o aumento abusivo de mensalidades escolares, conforme reafirmado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Somente os pais ou responsáveis pelos alunos têm legitimidade ativa para questionar judicialmente o reajuste de mensalidades escolares, sendo o Ministério Público incompetente para atuar nesse tipo de causa.
- (E) O Ministério Público só tem legitimidade para atuar em casos de reajuste de mensalidades escolares quando há uma clara violação aos direitos relacionados ao FGTS dos funcionários dessas instituições.

42

A empresa Alfa Beta S/A, inconformada com uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que impõe pesadas multas por supostas irregularidades em contratos públicos, decide buscar a anulação do ato. Seus advogados, considerando a relevância do caso, pretendem ajuizar uma ação ordinária diretamente no Supremo Tribunal Federal (STF). Baseando-se no entendimento do STF acerca da sua competência para julgar ações ordinárias contra atos do TCU, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.

- (A) O STF é competente para julgar diretamente ações ordinárias contra atos do TCU, dado o impacto significativo dessas decisões na administração pública e nos direitos dos contratados.

- (B) A empresa Alfa Beta S/A pode ajuizar ação ordinária diretamente no STF, pois o Tribunal tem competência originária para todas as matérias relacionadas a entidades federais como o TCU.
- (C) Somente em casos excepcionais, relacionados à segurança nacional, o STF poderia julgar ações ordinárias contra atos do TCU, incluindo as demandas da empresa Alfa Beta S/A.
- (D) A competência do STF para julgar ações contra atos do TCU restringe-se a mandados de segurança, não se estendendo a ações ordinárias ou cautelares.
- (E) O STF não possui competência para julgar diretamente ações ordinárias que impugnem atos do TCU, incluindo ações cautelares relacionadas, devendo a empresa buscar primeiro as vias ordinárias.

43

Após a posse do novo governador do Estado de Beta, foi publicado um decreto que visava à reorganização interna de diversas secretarias estaduais. O decreto transformava várias funções de confiança em cargos em comissão, e vice-versa, alegando-se uma necessidade de adequação às novas diretrizes administrativas impostas pela gestão. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

- (A) O decreto é constitucional, pois o chefe do Executivo estadual possui autonomia para organizar a administração pública conforme julgar necessário, inclusive alterando a natureza dos postos funcionais para atender às exigências de sua gestão.
- (B) O decreto é inconstitucional, pois a transformação de funções de confiança em cargos em comissão, e vice-versa, mediante decreto, fere o princípio da reserva legal, pois tais postos funcionais possuem naturezas distintas que não podem ser alteradas sem lei formal.
- (C) O decreto é constitucional desde que aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Beta, pois tal medida apenas necessita de um aval legislativo posterior para sua validação, conforme previsão constitucional.
- (D) O decreto é inconstitucional apenas se não estiver acompanhado de um estudo de impacto financeiro, visto que a criação e a transformação de cargos públicos devem sempre observar as limitações orçamentárias do Estado.
- (E) O decreto é parcialmente constitucional, dependendo da análise caso a caso dos cargos afetados, podendo ser validado para aqueles postos que não impliquem aumento de despesa pública.

44

No Estado Gamma, foi promulgada uma lei estadual que estabelecia um percentual fixo de honorários de sucumbência a serem pagos aos procuradores do Estado nas ações tributárias e execuções fiscais, sempre que houvesse acordo para parcelamento do débito tributário. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal em situações análogas, avalie as alternativas a seguir e assinale a correta.

- (A) A lei é constitucional, pois os Estados têm competência para legislar sobre questões específicas relacionadas à remuneração dos procuradores estaduais.
- (B) A lei é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre direito processual, interferindo indevidamente nas regras de honorários de sucumbência.
- (C) A lei é constitucional desde que aprovada com o consentimento do Conselho Nacional de Justiça, que regula a atuação dos advogados públicos.
- (D) A lei é inconstitucional apenas se resultar em redução dos honorários tradicionalmente recebidos pelos procuradores estaduais, conforme precedentes do STF sobre remuneração de servidores.
- (E) A lei é constitucional, desde que o percentual estabelecido não ultrapasse os limites definidos pelo Estatuto da Advocacia e a OAB, garantindo assim a justa remuneração dos procuradores estaduais.

Direito Civil

Cristiny Rocha

45

Conforme as disposições da LINDB, a revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial, mas não administrativa.
- (B) Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, salvo as adotadas por prática administrativa, ainda que reiterada.
- (C) Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.

- (D) Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas apenas em jurisprudência judicial.
- (E) Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos e privados de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.

46

Conforme as disposições acerca das provas no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- (B) Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.
- (C) A prova resultante dos livros e fichas é bastante, mesmo nos casos em que a lei exige escrito particular revestido de requisitos especiais.
- (D) A prova do instrumento particular não pode suprir-se pelas outras de caráter legal.
- (E) A anuência ou a autorização de outrem, necessária à validade de um ato, provar-se-á do mesmo modo que este, e constará, obrigatoriamente, do próprio instrumento.

47

Conforme a jurisprudência, o reconhecimento dos mais variados modelos de família veda a hierarquia ou a diferença de qualidade jurídica entre as formas de constituição de um novo e autonomizado núcleo doméstico. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Qualquer pessoa, que justo interesse tenha, pode contestar a ação de investigação de paternidade, ou maternidade.
- (B) A filiação materna ou paterna pode resultar de casamento declarado, ainda mesmo sem as condições do putativo.
- (C) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é revogável.
- (D) A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseada na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.
- (E) O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, conjunta ou separadamente.

48

Conforme as disposições da Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, ela não se aplica a determinadas situações. Diante disso, assinale a situação em que ela se aplicaria.

- (A) Realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- (B) Realizado para fins exclusivamente artísticos.
- (C) Realizado para fins exclusivamente jornalísticos.
- (D) Realizado para fins exclusivamente acadêmicos.
- (E) Operação de tratamento realizada por pessoa natural com objetivo de oferta de bens.

Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

49

Caio é servidor público e quer se aposentar. Contudo, necessita de documentos específicos para demonstrar o seu labor, benefícios e tempo de vínculo. Para tanto, busca por meio de justificação a existência da relação jurídica para simples documento. Considerado esse caso, é correto afirmar que:

- (A) a única via é ação a judicial de rito contencioso, na qual o magistrado analisará a prova produzida, decidindo, sendo o caso, pela concessão da aposentadoria.
- (B) ele está diante da produção antecipada de prova com caráter contencioso, em que o magistrado analisará a prova.
- (C) ele está diante da produção antecipada de prova sem caráter contencioso, em que o magistrado não poderá analisar a prova.
- (D) ele está diante da ação cautelar, caso em que, se concedida, demandará o ajuizamento de ação executiva no prazo improrrogável de 30 dias.
- (E) trata-se de questão incidental que deverá ser arguida no curso de processo judicial contencioso.

50

Carla Maria ingressou com ação de cobrança contra Eustáquio. Após dilação probatória se verificou a existência de relação negocial entre as partes, sendo o réu condenado a arcar com o pagamento da quantia de 5 mil reais, além dos lucros cessantes que seriam devidamente apurados. O juiz fixou que a forma de liquidação se daria por arbitramento. Contudo, após o trânsito em julgado da decisão se verificou fato novo. Nessa linha, conforme disposições do CPC e dos Tribunais, analise as assertivas e assinale a correta.

- (A) O advogado de Carla deverá ingressar com ação rescisória ante a existência de coisa julgada da decisão judicial.
- (B) Sobre a forma de liquidação de sentença não há formação de coisa julgada podendo ser realizada a liquidação pelo procedimento comum.
- (C) Deverá se iniciar a forma de liquidação por arbitramento, que é adequada ainda que exista fato novo.
- (D) A forma de liquidação adequada é a denominada por artigos, visto que há fato novo.
- (E) O advogado poderá apresentar reclamação ao Tribunal ao intuito de adequar o procedimento.

51

Sobre denunciação da lide, assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme entendimento do STJ na denunciação da lide, é possível reconvenção do denunciado contra autor ou contra denunciante.
- (B) A denunciação da lide deverá ser promovida pelo réu, pois trata-se de verdadeira ação regressiva no curso do processo.
- (C) Se o denunciado for revel, o denunciante pode deixar de prosseguir com sua defesa, eventualmente oferecida, mas não poderá se abster de recorrer.
- (D) Se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.
- (E) Conforme entendimento do STJ o reconhecimento de ilegitimidade na ação principal livra o denunciante da lide de pagar honorários.

52

Sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal (Lei n. 9.289/1996), analise as afirmativas a seguir:

- I – Rege-se pela legislação federal a respectiva a cobrança de custas nas causas ajuizadas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal.
- II – Não são isentos do pagamento de custas as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.
- III – A reconvenção e os embargos à execução não se sujeitam ao pagamento de custas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

Direito Penal

Carolina Carvalho

53

O inquérito policial é um procedimento administrativo investigativo conduzido pela autoridade policial com o objetivo de reunir indícios da autoria e prova da materialidade de infrações penais. Com base nesse contexto, analise as assertivas a seguir e julgue-as em V (verdadeira) ou F (falsa).

- () O inquérito policial, por sua natureza inquisitiva, não admite contraditório e ampla defesa, ainda que haja indiciamento do investigado.
- () O inquérito policial pode ser instaurado de ofício pela autoridade policial nos crimes de ação penal pública incondicionada, independentemente de requerimento do ofendido ou requisição do Ministério Público.
- () O arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público impede a reabertura das investigações, ainda que surjam novas provas da materialidade e autoria do delito.
- () O indiciamento no inquérito policial é um ato privativo da autoridade policial, que poderá realizá-lo sempre que houver elementos suficientes de autoria e materialidade.
- () O delegado de polícia pode requerer ao juiz medidas cautelares no curso do inquérito policial, desde que devidamente fundamentadas e demonstrada sua necessidade para a investigação.

A sequência correta é:

- (A) V – V – F – V – V.
- (B) V – V – F – F – V.
- (C) V – V – F – V – V.
- (D) F – V – F – F – V.
- (E) F – F – V – V – F.

54

A restituição das coisas apreendidas está disciplinada nos arts. 118 a 124-A do Código de Processo Penal e trata das hipóteses em que bens apreendidos podem ser devolvidos ao legítimo proprietário ou permanecer sob custódia do Estado. Com base nesse contexto, analise as assertivas a seguir e julgue-as em V (verdadeira) ou F (falsa).

- () As coisas apreendidas somente poderão ser restituídas mediante decisão judicial, ainda que não mais interessem ao processo.
- () Caso a coisa apreendida seja instrumento do crime e sua posse ou detenção constitua fato ilícito, será impossível a restituição ao reclamante.
- () O juiz, ao decidir sobre a restituição de coisa apreendida, deverá ouvir o Ministério Público e a autoridade policial antes de proferir sua decisão.
- () Se o bem apreendido for de difícil conservação ou estiver sujeito a deterioração, poderá ser alienado antecipadamente, e o valor obtido será depositado em conta vinculada ao juízo competente.
- () A decisão que indefere o pedido de restituição de coisa apreendida é irrecorrível, pois se trata de matéria de caráter administrativo.

A sequência correta é:

- (A) F – V – V – V – F.
- (B) V – V – F – V – F.
- (C) F – V – V – F – V.
- (D) V – F – V – V – F.
- (E) F – F – V – V – V.

55

A prisão temporária é uma medida cautelar restritiva de liberdade, prevista na Lei n. 7.960/1989, aplicada em investigações criminais para garantir a efetividade das diligências policiais.

Durante uma investigação sobre um crime de latrocínio, a autoridade policial representou ao juiz pela decretação da prisão temporária de um dos suspeitos. O pedido foi deferido pelo magistrado, estabelecendo um prazo inicial de 5 dias para a custódia.

Considerando essa situação hipotética e o instituto da prisão temporária, analise as assertivas a seguir e julgue-as em V (verdadeira) ou F (falsa).

- () A prisão temporária somente poderá ser decretada se houver representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, não sendo possível sua decretação de ofício pelo juiz.

- () O prazo da prisão temporária, em regra, é de 5 dias, prorrogável por igual período, salvo nos casos de crimes hediondos e equiparados, em que o prazo inicial é de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias.
- () A decretação da prisão temporária exige a comprovação de materialidade do crime e indícios suficientes de autoria, além da necessidade de que a custódia seja indispensável às investigações.
- () O investigado que estiver preso temporariamente não poderá ter contato com seu advogado durante o período de custódia, pois a prisão temporária tem caráter sigiloso para não prejudicar a investigação.
- () Caso a prisão temporária seja decretada, o investigado deverá ser imediatamente informado dos motivos da sua prisão, bem como do seu direito de permanecer em silêncio e de comunicar-se com seu advogado e familiares.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V – F – V.
- (B) F – V – V – V – F.
- (C) V – F – F – V – V.
- (D) V – V – F – F – V.
- (E) F – V – V – F – F.

56

O *habeas corpus* é um remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder, previsto no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal, e regulamentado pelos arts. 647 a 667 do Código de Processo Penal.

Situação hipotética: Lucas foi preso em flagrante delito por suposta prática de crime de furto qualificado. Sua defesa alegou que a prisão foi ilegal, pois não havia prova da materialidade do crime e a autoridade policial negou a ele o direito de se comunicar com um advogado. Diante dessa situação, seus familiares impetraram um *habeas corpus* visando à sua liberdade imediata.

Com base na garantia constitucional citada e na situação hipotética apresentada, analise as assertivas a seguir e julgue-as em V (verdadeira) ou F (falsa).

- () O *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu próprio nome ou em favor de terceiro, independentemente de capacidade postulatória.
- () O *habeas corpus* pode ser concedido para trançar ação penal quando estiver evidente a falta de justa causa para a sua instauração.
- () O *habeas corpus* pode ser utilizado para discutir o mérito da condenação, visando à absolvição do réu, quando não houver nenhuma ilegalidade

de na execução da pena.

- () A autoridade que descumprir ordem de *habeas corpus* concedido poderá ser responsabilizada criminalmente por abuso de autoridade.
- () O *habeas corpus* não pode ser impetrado contra decisão de Ministro do Supremo Tribunal Federal, pois esse é o órgão máximo do Poder Judiciário e suas decisões são irrecorríveis.

A sequência correta é:

- (A) V – V – F – V – F.
- (B) V – F – V – F – V.
- (C) F – V – F – V – V.
- (D) V – F – V – V – F.
- (E) F – V – V – F – V.

Direito Processual Penal

Carolina Carvalhal

57

De acordo com o Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta sobre a conduta e a imputabilidade penal.

- (A) A conduta penalmente relevante exige, necessariamente, que o agente tenha plena capacidade de entendimento do caráter ilícito do fato, independentemente de sua vontade.
- (B) A imputabilidade penal é afastada nos casos em que o agente, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (C) A conduta criminosa pode ser configurada tanto por ação quanto por omissão, mas a omissão só é penalmente relevante se o agente tinha o dever legal de agir e podia fazê-lo.
- (D) A culpabilidade é elemento integrante da conduta, de modo que, se o agente não tinha capacidade de entender o caráter ilícito do fato, não há que se falar em conduta penalmente relevante.
- (E) A imputabilidade penal é presumida em todos os casos, cabendo ao réu provar que, ao tempo do fato, era incapaz de entender o caráter ilícito de sua conduta.

58

João, funcionário público, foi acusado de alterar um relatório oficial, inserindo dados falsos sobre o desvio de verbas públicas, com o intuito de beneficiar um colega de trabalho. Com base no caso hipotético e nos arts. 297 a 299 do Código Penal, que tratam dos Crimes contra a Fé Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) João cometeu o crime de falsificação de documento público, previsto no art. 297, pois alterou um relatório oficial com o intuito de beneficiar terceiro.
- (B) A conduta de João configura o crime de falsidade ideológica, descrito no art. 299, pois ele inseriu dados falsos em documento público, alterando a verdade sobre um fato juridicamente relevante.
- (C) João não cometeu crime contra a fé pública, pois a alteração no relatório não causou prejuízo financeiro ao erário.
- (D) A conduta de João caracteriza o crime de falsificação de documento particular, previsto no art. 298, uma vez que o relatório oficial é equiparado a documento particular para fins penais.
- (E) João cometeu o crime de uso de documento falso, previsto no art. 304, pois utilizou o relatório alterado para beneficiar seu colega.

59

Carlos foi condenado a 6 anos de reclusão pelo crime de roubo qualificado (art. 157, § 2º, do CP). Durante o processo, verificou-se que ele é reincidente e que agiu com violência contra a vítima. No entanto, o juiz considerou que Carlos demonstrou arrependimento espontâneo após o crime e colaborou com a investigação. Com base no caso hipotético e nos arts. 59 a 68 do Código Penal, que tratam da Aplicação da Pena, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz deve fixar a pena no mínimo legal, pois Carlos demonstrou arrependimento espontâneo e colaborou com a investigação.
- (B) O juiz deve aumentar a pena em razão da reincidência e da violência utilizada, mas pode atenuá-la em função do arrependimento e da colaboração de Carlos.
- (C) O juiz deve aplicar a pena-base no mínimo legal, desconsiderando a reincidência e a violência, em razão do arrependimento espontâneo.
- (D) O juiz deve fixar a pena no máximo legal, devido à reincidência e à violência, sem considerar o arrependimento e a colaboração de Carlos.
- (E) O juiz deve aplicar a pena-base considerando apenas a gravidade do crime, sem levar em conta as circunstâncias atenuantes ou agravantes.

60

Pedro, armado com um revólver, abordou Marcos em uma rua deserta e exigiu que ele entregasse seu celular e carteira. Marcos, com medo de sofrer violência, entregou seus pertences. Em seguida, Pedro ameaçou Marcos dizendo que, se ele não levasse R\$ 5.000,00 para um local determinado no dia seguinte, seria morto. Com base no caso hipotético e nos arts. 157 e 158 do Código Penal, que tratam de Roubo e Extorsão, respectivamente, assinale a alternativa correta.

- (A) Pedro cometeu apenas o crime de roubo, pois subtraiu bens móveis mediante grave ameaça.
- (B) Pedro cometeu apenas o crime de extorsão, pois exigiu a entrega de uma quantia em dinheiro sob ameaça de morte.
- (C) Pedro cometeu os crimes de roubo e extorsão, pois houve subtração de bens móveis mediante grave ameaça e exigência de quantia em dinheiro sob ameaça futura.
- (D) Pedro cometeu apenas o crime de roubo qualificado, pois utilizou arma de fogo para subtrair os bens de Marcos.
- (E) Pedro cometeu os crimes de roubo e ameaça, pois houve subtração de bens móveis mediante grave ameaça e exigência de quantia em dinheiro para o dia seguinte sob ameaça de morte configurando circunstância qualificadora.

Direito Ambiental

Loyane Soares

61

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei n. 6.938/1981, estabelece o regime jurídico para a proteção ambiental no Brasil. Com relação ao seu regime jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) A PNMA tem caráter exclusivamente normativo, cabendo ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) a execução das políticas ambientais.
- (B) A responsabilidade civil ambiental no âmbito da PNMA é subjetiva, exigindo comprovação de culpa para a reparação de danos.
- (C) A PNMA adota o princípio da prevenção e da precaução, exigindo a realização de estudos de impacto ambiental para atividades potencialmente degradadoras.
- (D) A PNMA restringe a atuação ambiental ao poder público, vedando a participação da iniciativa privada na gestão ambiental.
- (E) O regime jurídico da PNMA está restrito à esfera federal, não sendo aplicável aos Estados e Municípios.

62

Nos termos do Decreto n. 6.514/2008, que regulamenta as infrações administrativas ambientais, é correto afirmar que se considera infração administrativa ambiental:

- (A) somente as condutas que resultem em dano efetivo ao meio ambiente.
- (B) apenas as condutas dolosas que causem prejuízo a bens ambientais protegidos.
- (C) qualquer ação ou omissão que viole as normas ambientais, mesmo sem gerar dano efetivo.
- (D) somente os atos praticados por pessoas jurídicas no exercício de suas atividades econômicas.
- (E) apenas as condutas tipificadas na Lei n. 9.605/1998.

63

A Reserva Legal é uma área dentro de uma propriedade rural destinada à conservação da vegetação nativa. Sobre essa regulamentação no Código Florestal, assinale a alternativa correta.

- (A) O percentual mínimo de Reserva Legal é fixo para todo o território nacional, sendo de 50% da área total da propriedade rural.
- (B) A localização da área de Reserva Legal dentro da propriedade rural pode ser alterada a critério do proprietário, sem necessidade de autorização do órgão ambiental.
- (C) A Reserva Legal pode ser utilizada para exploração econômica sustentável, desde que observadas as diretrizes do manejo florestal.
- (D) Imóveis rurais registrados no CAR são automaticamente dispensados da necessidade de manter uma Reserva Legal.
- (E) As propriedades localizadas na Amazônia Legal possuem exigências menores de Reserva Legal em relação às demais regiões do Brasil.

64

A Lei n. 14.119/2021 estabelece diferentes modalidades de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas modalidades.

- (A) Pagamento direto, monetário ou não monetário.
- (B) Remuneração por serviços ambientais em mercados privados.
- (C) Compensação financeira por restrição ao uso da terra, obrigatória para todos os imóveis rurais.
- (D) Comércio de créditos de carbono.
- (E) Prestação de melhorias sociais a comunidades que prestam serviços ambientais.

Direito Penal Militar

Cícero Coimbra

65

Jurandir, Cabo do Exército Brasileiro, estava de serviço em determinado dia, na função de Cabo da Guarda, quando ficou sabendo que a sua mãe passara mal e fora hospitalizada em estado grave. Ao ter a notícia, Jurandir abandonou o local de serviço sem autorização, e foi até o hospital verificar o estado de saúde da sua mãe. No quartel, foi instaurado inquérito policial militar para apurar o crime de abandono de posto (art. 195 do CPM). Considerando que o bem jurídico sacrificado (serviço e dever militar) é maior do que o bem jurídico protegido (saúde de familiar), é correto afirmar que Jurandir agiu em:

- (A) legítima defesa.
- (B) estado de necessidade justificante.
- (C) exercício regular de um direito.
- (D) estado de necessidade exculpante.
- (E) estrito cumprimento do dever legal.

66

De acordo com o direito penal militar, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

Quem pratica o fato para preservar direito seu ou alheio, de perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, desde que o mal causado, por sua natureza e importância, é consideravelmente inferior ao mal evitado, e o agente não era legalmente obrigado a arrostar o perigo, age sob:

- (A) legítima defesa.
- (B) estado de necessidade justificante.
- (C) exercício regular de um direito.
- (D) estado de necessidade exculpante.
- (E) estrito cumprimento do dever legal.

67

Gustavo, Sargento da Polícia Militar do Distrito Federal, e Pedro, Sargento da Marinha, em uma operação das Forças Armadas com a Polícia Militar, portanto, ambos em serviço, estando as Forças Armadas em atuação de garantia da lei e da ordem, matam dolosamente um civil. Nesta situação, no que concerne ao processo e julgamento, é correto afirmar que:

- (A) Gustavo e Pedro serão processados e julgados pelo Tribunal do Júri.
- (B) Gustavo e Pedro serão processados e julgados pela Justiça Militar da União.
- (C) Gustavo e Pedro serão processados e julgados pela Justiça Militar do Distrito Federal.
- (D) Gustavo será processado e julgado pela Justiça Militar do Distrito Federal e Pedro será processado e julgado pelo Tribunal do Júri.
- (E) Gustavo será processado e julgado pelo Tribunal do Júri e Pedro será processado e julgado pela Justiça Militar da União.

68

De acordo com o direito penal militar, analise a assertiva e assinale a alternativa correta.

No crime de violência contra militar de serviço, o sujeito ativo será:

- (A) apenas o militar.
- (B) apenas o civil.
- (C) qualquer pessoa.
- (D) apenas o militar da ativa.
- (E) apenas o militar da reserva.

Direito Processual Penal Militar

Cícero Coimbra

69

Com base no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa que contém as palavras que preenchem corretamente as lacunas do período abaixo.

“A lei de processo penal militar deve ser interpretada no sentido _____ de suas expressões. Os termos _____ não de ser entendidos em sua acepção _____, salvo se evidentemente empregados com outra significação.”

- (A) literal – técnicos – especial.
- (B) especial – técnicos – literal.
- (C) especial – técnicos – especial.
- (D) especial – especiais – especial.
- (E) técnico – especiais – técnico.

70

De acordo com o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa que constitui causa de impedimento do magistrado da Justiça Militar.

- (A) Se for amigo íntimo ou inimigo de qualquer delas.
- (B) Se ele, seu cônjuge ou parente, a que alude a alínea anterior, sustentar demanda contra qualquer das partes ou tiver sido procurador de qualquer delas.
- (C) Se tiver aconselhado qualquer das partes.
- (D) A atuação em processo como advogado ou defensor, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de justiça ou perito, tiver funcionado seu cônjuge, ou parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau inclusive.
- (E) Se for presidente, diretor ou administrador de sociedade interessada no processo.

71

É correto afirmar que a denúncia será recebida pelo juiz:

- (A) se não contiver o tempo e o lugar do crime.
- (B) se não tiver nome, idade, profissão e residência do acusado, mas tenha, ao menos, esclarecimentos pelos quais possa ser qualificado.
- (C) se o fato narrado não constituir evidentemente crime da competência da justiça militar.

(D) se já estiver extinta a punibilidade.

(E) se for manifesta a incompetência do juiz ou a ilegitimidade do acusador.

72

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

A competência, no processo penal militar, será, de regra, determinada pelo lugar da infração. No caso de tentativa, será determinada:

- (A) pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (B) pelo lugar em que se produziria o resultado.
- (C) pela prevenção.
- (D) pela distribuição.
- (E) pelo lugar da sede do serviço do militar ou da residência do acusado, quando civil.

Direito do Trabalho

Maria Rafaela

73

O direito desportivo brasileiro teve recente regulamentação pela Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023. Foi instituída a Lei Geral do Esporte, que dispõe sobre o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE), a ordem econômica esportiva, a integridade esportiva e o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte. Entende-se por esporte toda forma de atividade predominantemente física que, de modo informal ou organizado, tenha por objetivo a prática de atividades recreativas, a promoção da saúde, o alto rendimento esportivo ou o entretenimento. Diante disso, assinale a alternativa incorreta acerca dos direitos trabalhistas dos atletas.

- (A) É hipótese de rescisão indireta do contrato especial de trabalho esportivo a inadimplência da organização esportiva empregadora com as obrigações contratuais referentes à remuneração do atleta profissional ou ao contrato de direito de imagem, por período igual ou superior a 2 (dois) meses, ficando o atleta livre para transferir-se a qualquer outra organização esportiva, nacional ou estrangeira, e exigir a cláusula compensatória esportiva e os haveres devidos.
- (B) O atleta com contrato especial de trabalho esportivo rescindido fica autorizado a transferir-se para outra organização esportiva independentemente do número de partidas das quais tenha participado na competição, bem como a disputar a competição que estiver em andamento por ocasião da rescisão contratual, respeitada a data limite de inscrições previstas nos regulamentos de cada modalidade esportiva.

- (C) A organização que administra e regula o esporte na respectiva modalidade será obrigada a exigir da organização esportiva contratante a comprovação da autorização de trabalho concedida ao atleta não nacional emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sob pena de cancelamento da inscrição esportiva.
- (D) É ilícito ao atleta profissional recusar-se a competir por organização esportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em 2 (dois) ou mais meses.
- (E) O vínculo de emprego e o vínculo esportivo do atleta profissional com a organização esportiva empregadora cessam para todos os efeitos legais com: o término da vigência do contrato ou o seu distrato; a rescisão decorrente do inadimplemento salarial ou do contrato de direito de imagem a ele vinculado, de responsabilidade da organização esportiva empregadora; a rescisão indireta, nas demais hipóteses previstas na legislação trabalhista; a dispensa imotivada do atleta.

74

É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola. Sobre o trabalho do menor, previsto na CLT, é incorreto aduzir que:

- (A) ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.
- (B) quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.
- (C) o empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas. Os estabelecimentos situados em lugar onde a escola estiver a maior distância que 5 (cinco) quilômetros, e que ocuparem, permanentemente, mais de 10 (dez) menores analfabetos, de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, serão obrigados a manter local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução primária.
- (D) contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

- (E) os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Os estabelecimentos poderão destinar o equivalente a até 10% (dez por cento) de sua cota de aprendizes à formação técnico-profissional metódica em áreas relacionadas a práticas de atividades desportivas, à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, incluindo as atividades de construção, ampliação, recuperação e manutenção de instalações esportivas e à organização e promoção de eventos esportivos.

75

Em relação às garantias provisórias no emprego previstas na CF/1988 (art. 10 do ADCT), CLT e súmulas do TST, além do entendimento recente do STF, é correto aduzir que:

- (A) é assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, obrigatoriamente por meio escrito, ocorra na vigência do contrato de trabalho.
- (B) o art. 522 da CLT, que limita a sete o número de dirigentes sindicais com direito à garantia provisória no emprego, não foi recepcionado pela CF/1988.
- (C) são pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 14 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.
- (D) a estabilidade provisória do cipeiro constitui vantagem pessoal e garantia para as atividades dos membros da CIPA.
- (E) o Supremo Tribunal Federal decidiu que a gestante contratada pela administração pública por prazo determinado ou em cargo em comissão tem direito à licença-maternidade e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

76

Atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII do art. 7º da CF/1988, bem como a sua integração à previdência social, são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos abaixo, exceto:

- (A) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (B) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (C) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- (D) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- (E) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Direito Processual do Trabalho

Maria Rafaela

77

Sobre a competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa incorreta com base no texto constitucional e no entendimento do STF e do TST, no que se refere à temática de servidores/empregados públicos.

- (A) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.
- (B) A justiça do Trabalho é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas.
- (C) A competência para julgar demandas envolvendo trabalhadores temporários da administração pública é da Justiça Comum, e não da Justiça do Trabalho.
- (D) A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.
- (E) Compete à justiça do trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

78

Analizando a jurisprudência sumulada do TST sobre direito do trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto no dia da audiência.
- (B) É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.
- (C) Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, não há previsão de recurso.
- (D) Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.
- (E) Da extinção do último contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho.

79

Acerca do tema de processo de homologação de acordo extrajudicial, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.
- (B) As partes não poderão ser representadas por advogado comum.
- (C) Faculta-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.
- (D) No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.
- (E) O prazo prescricional voltará a fluir no mesmo dia ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.

80

Sobre o rito sumaríssimo, previsto na CLT, assinale a alternativa correta relacionada ao disposto no processo do trabalho brasileiro.

- (A) As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz titular ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.
- (B) Todos os incidentes e exceções serão dirimidos em sentença.
- (C) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento desde que requeridas previamente.

- (D) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta e indireta.
- (E) Admite-se a prova pericial no rito sumaríssimo e as partes devem se manifestar sobre o laudo em até 48 horas, pela necessidade de manter a celeridade do processo do trabalho.

Discursiva

Letícia Bastos

O Ministério Público da União tem a função de garantir a ordem jurídica, a defesa dos interesses sociais e a fiscalização da administração pública. No entanto, a efetivação dos direitos fundamentais ainda enfrenta desafios como a morosidade judicial, a sobrecarga do sistema de justiça e a necessidade de garantir maior acessibilidade à população. Diante disso, o fortalecimento do MPU é essencial para assegurar a proteção dos direitos e a promoção da justiça.

Diante desse contexto, quais são os desafios do Ministério Público da União na efetivação dos direitos fundamentais? Quais medidas podem ser implementadas para aprimorar sua atuação e garantir maior eficiência na promoção da justiça?

Diga o que pensa sobre o tema em um texto dissertativo-argumentativo, com extensão entre 20 e 30 linhas, utilizando linguagem culta e mantendo uma estruturação lógica.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



3º Simulado
Ministério Público da União
Cargo: A07 – Analista do MPU – Direito (Pós- edital)

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora